

MONTEIRO ARANHA S.A
Companhia Aberta
CNPJ 33.102.476/0001-92
NIRE Nº 33300108611

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29
DE ABRIL DE 2022**

A Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das S.A., das normas da ICVM 481/09 e das normas da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) Parecer dos auditores independentes;
- (iv) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e opiniões expressas no parecer dos auditores independentes;
- (v) Proposta da Administração; e
- (vi) Boletim de voto a distância.

Os documentos acima relacionados foram apresentados à CVM e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu site (www.monteiroaranha.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Esses documentos são necessários para a adequada informação sobre as matérias constantes da ordem do dia, abaixo discriminadas, relativa à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h00 (horário de Brasília), na sede da Companhia ("Assembleia"):

- (i) Deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (iii) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;

- (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes; e
- (v) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

A Companhia, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em especial a Instrução de nº 481/09, e alterações, possibilitará o exercício do voto a distância na Assembleia Geral Ordinária. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia ou (ii) transmitir as instruções de voto ao escriturador ou ao seu agente de custódia.

Informações Gerais para participação na Assembleia Geral:

Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além de documento de identidade com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante com até 3 (três) dias de antecedência da data da Assembleia; (b) instrumento de outorga de poderes de representação; e (c) para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: Carteira de Identidade de Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia, devidamente registrada dos seguintes documentos: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia ou que (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista.

O representante de fundo de investimento, administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo, além dos documentos acima relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento, devidamente registrado.

Os documentos expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país emissor não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta, e devidamente registrados.

Para a participação por meio de procurador, a outorga dos poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos da Lei 6.404/76 e do Código

Civil, sendo que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira; e (b) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil.

Excepcionalmente, por força da pandemia de COVID-19, a Companhia aceitará a apresentação e envio de cópia simples dos documentos acima mencionados e necessários para habilitação e participação na Assembleia.

Para melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita o depósito prévio de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores (ri@monteiroaranja.com.br).

A Companhia adotará para esta Assembleia procedimento de voto a distância, conforme previsto na Instrução CVM 481/09, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações ou diretamente à Companhia, o boletim de voto a distância, conforme disponibilizado pela Companhia.

Conforme regulamentação aplicável, faculta-se aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto (excluídas do cálculo as ações mantidas em tesouraria), requerer, por notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

A Administração da Monteiro Aranha S.A (“Companhia” ou “MASA”) vem apresentar aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral, as propostas que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h00 (horário de Brasília) na sede da Companhia (“Assembleia”):

Ordem do Dia:

- (i) **Deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, estão disponibilizados no site da Companhia (www.monteiroaranha.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia na forma do item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM nº 481/09, encontram-se no ANEXO I da presente Proposta.

- (ii) **Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 591.382.758,83.

A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

- (a) R\$ 29.569.137,94 para a conta de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido realizado no exercício social de 2021, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76;
- (b) R\$ 140.453.405,22 a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos da legislação em vigor e conforme estatuto social da Companhia;
- (c) R\$ 191.647.732,21 como dividendos intercalares adicionais, pagos sobre o lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- (d) o saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 229.712.483,46, à conta de reserva para investimentos e capital de giro, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades da Companhia conforme seu estatuto social.

As informações detalhadas a respeito dessa matéria, conforme a Instrução CVM nº 481/09, se encontram no ANEXO II da presente Proposta.

(iii) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração.

A Administração propõe, fixar em 6 (seis) os membros efetivos e em 3 (três) os membros suplentes para compor o Conselho de Administração da Companhia.

(iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de chapas. Na eleição por chapa, cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber o maior número de votos na Assembleia.

A Administração propõe a eleição dos membros efetivos e respectivos suplentes relacionados na tabela abaixo para compor o Conselho de Administração:

MEMBRO EFETIVO	SUPLENTE	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DE MANDATO
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	29.04.2022	1 ano
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Não há	29.04.2022	1 ano
Roberto Duque Estrada de Sousa	Não há	29.04.2022	1 ano
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Arnon Affonso de Farias Mello Neto	29.04.2022	1 ano
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Ana Maria Monteiro de Carvalho	29.04.2022	1 ano
Tulio Capeline Landin	Não há	29.04.2022	1 ano

As informações sobre os membros indicados para composição do Conselho de Administração conforme a Instrução CVM nº 481/09, na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, se encontram no ANEXO III da presente Proposta.

(v) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos administradores.

Segundo o art. 152 da Lei das S.A., a assembleia geral deve fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A Administração propõe a fixação da remuneração global dos administradores em R\$ 10.300.000,00 (dez milhões e trezentos mil reais).

As informações detalhadas a respeito dessa matéria, na forma do item 13 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM nº 481/09, se encontram do ANEXO IV da presente Proposta.

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação dos Senhores Acionistas e recomenda a sua integral aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA - INFORMAÇÕES DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2021, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 761 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 90 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para suprir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia era de R\$ 233 milhões, e o passivo não circulante era de R\$ 1.000 milhão. O capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$ 923 milhões no final do exercício social de 2021.

Comparativo entre o ano base 2021 e o ano base 2020

Em 2021, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 923 milhões (R\$ 973 milhões em 2020), uma variação negativa de R\$ 50 milhões, com um aumento nos ativos de R\$ 506 milhões e um aumento no passivo de R\$ 556 milhões.

Ao final do exercício de 2021, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 761 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 90 milhões. Em 2020, esse valor era de R\$ 639 milhões e R\$ 62 milhões respectivamente.

O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 233 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com fundos exclusivos (R\$ 16 milhões), empréstimos (R\$ 202 milhões) e debêntures (R\$ 6 milhões), contra R\$ 168 milhões em 31 de dezembro de 2020, composto, principalmente, por dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 11 milhões) e empréstimos (R\$ 151 milhões).

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.000 milhões, composto, majoritariamente, por tributos diferidos (R\$ 292 milhões) e debêntures (R\$ 698 milhões) contra R\$ 509 milhões em 31 de dezembro de 2020, composto, majoritariamente, por tributos diferidos (R\$ 250 milhões), empréstimos (R\$ 50 milhões) e debêntures (R\$ 200 milhões).

O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 591 milhões em 2021, comparado com um prejuízo de R\$ 9 milhões em 2020 explicado principalmente (i) por um maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 299 milhões) pelo maior resultado da coligada Klabin S.A (R\$ 339 milhões) compensados parcialmente pelo menor resultado da Ultrapar

Participações S.A. (-R\$ 34 milhões) e imobiliário (-R\$ 6 milhões), (ii) por um maior resultado da venda de bens e serviços (R\$ 2 milhões), (iii) por menores despesas gerais e administrativas (R\$ 4 milhões), (iv) por maiores outras receitas operacionais líquidas (R\$ 233 milhões), principalmente pelos maiores ganhos de ajuste a valor justo de investimentos (R\$ 276 milhões), e maiores dividendos de investimentos a valor justo (R\$ 20 milhões), compensados parcialmente pela perda na variação do percentual de participação (-R\$ 20 milhões), menores ganhos nas alienações de participação (-R\$ 3 milhões), pela baixa dos resultados abrangentes na perda da coligação de Ultrapar (R\$ 26 milhões) e pela não existência de reversão de perda de valor realizável líquido de estoque em 2021 (-R\$ 14 milhões), (v) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 29 milhões) (vi) por menores tributos sobre o lucro (-R\$ 33 milhões), devido principalmente à desvalorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia.

Comparativo entre o ano base 2020 e o ano base 2019

Em 2020, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 972 milhões (R\$ 1.068 milhões em 2019), uma variação negativa de R\$ 95 milhões, com uma diminuição nos ativos de R\$ 55 milhões e um aumento no passivo de R\$ 40 milhões.

Ao final do exercício de 2020, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 639 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 62 milhões. Em 2019, esse valor era de R\$ 576 milhões e R\$ 16 milhões respectivamente.

O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 168 milhões, composto, majoritariamente, por dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 11 milhões) e empréstimos (R\$ 151 milhões), contra R\$ 215 milhões em 31 de dezembro de 2019, composto, principalmente, por dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (R\$ 8 milhões), obrigações com operações financeiras (R\$ 93 milhões) e empréstimos (R\$ 105 milhões).

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 509 milhões, composto, majoritariamente, por tributos diferidos (R\$ 250 milhões), empréstimos (R\$ 50 milhões) e debêntures (R\$ 200 milhões), contra R\$ 422 milhões em 31 de dezembro de 2019, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 163 milhões), empréstimos (R\$ 49 milhões) e debêntures (R\$ 200 milhões).

O prejuízo consolidado da Companhia foi de R\$ 9 milhões em 2020 comparado com um lucro líquido de R\$ 101 milhões em 2019, um decréscimo de 109%, explicado principalmente (i) por um menor resultado de equivalência patrimonial (-R\$ 185 milhões) principalmente pelo menor resultado da coligada Klabin S.A. (-R\$ 211 milhões) compensados parcialmente pelo maior resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 24 milhões), (ii) por um menor resultado da venda de bens e serviços (-R\$ 3 milhões), (iii) por menores despesas gerais e administrativas (R\$ 12 milhões), (iv) maiores outras receitas operacionais líquidas (R\$ 93 milhões) principalmente pelo maior resultado de alienação de participações (R\$ 38 milhões), resultado na variação de participação (R\$ 20 milhões), ajuste a valor justo de outros investimentos (R\$ 23 milhões) e valor realizável líquido de estoque (R\$ 8 milhões), (v) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 22 milhões) e (vi) por maiores tributos sobre o lucro, devido principalmente à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia (-R\$ 48 milhões).

b) estrutura de capital

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era adequada para suprir as suas obrigações financeiras. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 923 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 906 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 761 milhões, conseqüentemente o endividamento líquido era de R\$ 145 milhões.

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

<i>Em R\$ milhões</i>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Endividamento de curto prazo	208	151	105
Endividamento de longo prazo	698	250	249
Endividamento bruto	906	401	354
Caixa e aplicações financeiras	761	639	576
Endividamento líquido	145	(238)	(222)
Patrimônio líquido	923	973	1.068

Endividamento

Em dezembro de 2021, o valor do endividamento de R\$ 906 milhões era composto (i) pelo saldo de R\$ 200 milhões captado via emissão de 200.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% ao ano com vencimento, a partir de junho de 2023, em quatro parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (ii) pelo saldo de R\$ 504 milhões captado via emissão de 500.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,35% ao ano com vencimento, a partir de novembro de 2024, em cinco parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (iii) pelo saldo de R\$ 50 milhões captados através da emissão de uma cédula de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,5% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de outros ativos financeiros, (iv) pelo saldo de R\$ 50 milhões captados através da emissão de uma cédulas de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,55% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras, (v) pelo saldo de R\$ 51 milhões captados através da emissão de uma cédula de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de ações, e (vi) pelo saldo de R\$ 51 milhões captados através da emissão de uma cédula de crédito bancário

com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,98% ao ano com vencimento em fevereiro de 2022 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de aplicações financeiras, todos sem *covenants* financeiros.

Em dezembro de 2020, os valores do endividamento de R\$ 401 milhões eram compostos (i) pelos valores de R\$ 200 milhões captados via emissão de 200.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% ao ano com vencimento, a partir de junho de 2023, em quatro parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (ii) pelo valor de R\$ 101 milhões captados através da emissão de duas cédulas de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,4% ao ano com vencimento em outubro e dezembro de 2021 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de ações, (iii) pelo valor de R\$ 50 milhões captados através da emissão de uma cédula de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de ações e (iv) pelo valor de R\$ 50 milhões captados através da emissão de uma cédula de crédito bancário com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,98% ao ano com vencimento em novembro de 2021 e prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, todos sem *covenants* financeiros.

Em dezembro de 2019, os valores do endividamento de R\$ 354 milhões eram compostos (i) pelos valores de R\$ 200 milhões captados via emissão de 200.000 debêntures com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento, a partir de junho de 2023, em quatro parcelas semestrais e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, (ii) pelo saldo de R\$ 54 milhões do financiamento contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”, e por fim, (iii) pelo empréstimo internacional no valor de € 22.131 a uma taxa efetiva de 1,1320% ao ano com vencimento em quatro parcelas iguais ao longo de 2020 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações. O valor do empréstimo foi convertido para Reais (R\$ 100 milhões) e os juros fixo em Euros convertido para uma taxa variável em Reais, através de instrumento de swap, ficando a Companhia com uma posição passiva apenas em Reais a uma taxa de CDI + 0,60% ao ano.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia entende que a capacidade de geração de caixa da Companhia, de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas além dos saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de aplicações financeiras da Companhia são suficientes para atender os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros, financiamento e empréstimos, operações a termo, emissão de debêntures, venda de ativos e o recebimento de proventos de suas investidas.

Em 2019, a Companhia fez a emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros.

Também em 2019 a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. assinou o Instrumento Particular de Aditamento, Modificação e Ratificação a Instrumento Particular com Garantia Hipotecária e Outras Avenças que alongou o prazo de pagamento do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças contratado em 2017 no valor total de R\$61 milhões para ser pago em 68 parcelas mensais com a primeira parcela em 2020. No segundo trimestre de 2020, a Companhia realizou a liquidação total do financiamento, antecipando seu vencimento.

Em 2020, a Companhia firmou contratos de cédula de crédito bancário (“CCB”) no valor total de R\$ 200.000, com taxa de juros de CDI e acréscimo de taxa fixa entre 0,98% a 1,5% ao ano, e vencimentos em parcelas ao longo de 2021 e 2022 com prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações e outras aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros.

Em 2021, a Companhia fez a emissão de 500.000 debêntures com valor total de R\$ 500 milhões com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,35% com vencimento em cinco parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em novembro de 2024 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros.

Também em 2021, a Companhia celebrou aditamento de uma de suas CCBs, no valor de R\$ 50.000, prorrogando o vencimento de novembro de 2021 para fevereiro de 2022 e alterando a garantia de alienação fiduciária de ações para alienação fiduciária de aplicações financeiras, mantendo-se todas as demais condições. Ainda em 2021, a Companhia realizou a portabilidade de duas de suas CCBs, no valor de R\$ 50.000 cada, prorrogando o vencimento de outubro e dezembro de 2021 para dezembro de 2022, com alteração das taxas de 100% do CDI mais taxa fixa de 1,40% ao ano, para 100% do CDI mais taxa fixa de 0,55% e 1,5% ao ano cada, alterando a garantia de alienação fiduciária de ações para alienação fiduciária de aplicações financeiras e outros ativos financeiros mantendo-se todas as demais condições. Todas sem *covenants* financeiros.

Os recursos provenientes do financiamento, dos empréstimos e da emissão de debêntures acima foram direcionados para investimentos, operações financeiras e capital de giro da Companhia.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos a Administração acredita que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais para capital de giro, investimento ou uso gerais da Companhia, com taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito

bancário, operações a termo, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2021.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia possui seis contratos de empréstimos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, sendo a) um instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, b) um instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações assinado em outubro de 2021, através da emissão de 500.000 debêntures com valor total de R\$ 500 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,35% com vencimento em cinco parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em novembro de 2024 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, c) uma cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020 (em dezembro de 2021 foi feita a portabilidade e o aditamento do vencimento desta cédula) desta cédula) com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de outros ativos financeiros, d) uma cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020, (em dezembro de 2021 foi feita a portabilidade e o aditamento do vencimento desta cédula) com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,55% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras, e) uma cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020 com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano com vencimento em outubro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, e f) uma cédula de crédito bancário assinada em novembro de 2020 com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,98% ao ano com novo vencimento (após aditamento ocorrido em novembro de 2021) em fevereiro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras, todos sem *covenants* financeiros.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Em 2018, o FIA Bergen, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, se comprometeu a realizar um aporte adicional de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIP) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Também durante o ano de 2018, um compromisso de R\$ 5 milhões assumido anteriormente pelo FIA Bergen com um FIP para investimento neste mesmo segmento foi cancelado devido a extinção do FIP. Esses fatos,

em conjunto com os compromissos anteriormente assumidos em 2016 e 2017, levaram o valor total comprometido pelo FIA Bergen para R\$ 61 milhões.

Em de 2020, o FIA Bergen, aproveitando as condições de mercado, vendeu suas participações nos fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3. Com essa venda, os compromissos de investimento que o FIA Bergen possuía com esses fundos, que totalizavam R\$ 36 milhões, dos quais R\$ 8 milhões já haviam sido integralizados, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Ainda em 2020, após passar por uma reorganização de estrutura, os investimentos em fundos de transmissão de energia, e respectivos compromissos, foram transferidos para o FIP Alta. Esses fatos levaram o valor total comprometido pelo FIP Alta, em Fundo de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica, para R\$ 25 milhões dos quais R\$ 7 milhões já foram integralizados.

Em 2021, dois de seus fundos de participação, o BTG Pactual Infraestrutura II Energia e BTG Pactual Infraestrutura III Energia, foram liquidados e encerrados após a realização da venda de seus ativos. Com essa venda, os compromissos de investimento que o FIP Alta, possuía com esses fundos, que totalizavam R\$ 15 milhões, dos quais R\$ 5 milhões já haviam sido integralizados, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Esses fatos levaram o valor total comprometido pelo FIP Alta, em Fundo de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica, para R\$ 10 milhões dos quais R\$ 7 milhões já foram integralizados.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Em 2019, o FIA Bergen se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões ao longo de cinco anos em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Em 2020, foi realizado um compromisso de aporte adicional de R\$ 9 milhões nesse FIP, totalizando em um compromisso total de R\$ 41 milhões. Ainda em 2020, após passar por uma reorganização de estrutura, os investimentos em fundos de geração de energia, e respectivos compromissos, foram transferidos para o FIP Alta.

Em 2021, foi realizado um compromisso de aporte adicional de R\$ 1 milhão no mesmo FIP dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica, totalizando em um compromisso total de R\$ 42 milhões. Ainda em 2021, esse FIP passou por uma reorganização e foi transformado em fundo de investimento em cotas de fundo de ações (FIC de FIA). Até o final do exercício de 2021, o FIP Alta havia integralizado R\$ 25 milhões neste fundo.

Investimentos em Fibra Ótica

Em 2021, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, realizou compromisso de aporte no valor de R\$ 130.000, em Fundo de Investimento em Participação (FIP) dedicado a investimentos em fibra ótica.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas, em relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, emissão de novos valores mobiliários e à distribuição de dividendos. Em relação à alienação de ativos e à alienação de controle societário, existe restrição à venda das ações dadas em garantia e à alienação ou troca do controle societário nos instrumentos particulares de escritura da primeira e segunda emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, assinados em novembro de 2019 e outubro de 2021, e nas cédulas de crédito bancários assinadas ao longo do ano de 2020 e em 2021 (portabilidade). A Companhia vem cumprindo com as restrições acima mencionadas.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito acima, os financiamentos contratados pela Companhia são:

a) Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações assinado em novembro de 2019, através da emissão de 200.000 debêntures com valor total de R\$ 200 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,36% com vencimento em quatro parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em junho de 2023 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros.

b) Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações assinado em outubro de 2021, através da emissão de 500.000 debêntures com valor total de R\$ 500 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,35% com vencimento em cinco parcelas semestrais sendo a primeira com vencimento em novembro de 2024 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros.

c) Cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020 (em dezembro de 2021 foi feita a portabilidade e o aditamento do vencimento desta cédula) com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de outros ativos financeiros, sem *covenants* financeiros.

d) Cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020, (em dezembro de 2021 foi feita a portabilidade e o aditamento do vencimento desta cédula) com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,55% ao ano com vencimento em dezembro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros.

e) Cédula de crédito bancário assinada em setembro de 2020 com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 1,5% ao ano com vencimento em outubro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, sem *covenants* financeiros.

f) Cédula de crédito bancário assinada em novembro de 2020 com valor total de R\$ 50 milhões e juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida de uma sobretaxa de 0,98% ao ano com novo vencimento (após aditamento ocorrido em novembro de 2021) em fevereiro de 2022 e prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de aplicações financeiras, sem *covenants* financeiros.

Os recursos provenientes das captações detalhadas acima já foram desembolsados em sua totalidade.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros a seguir representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2021 e 31/12/2020	31/12/2020 e 31/12/2019
RECEITAS OPERACIONAIS								
Resultado de equivalência patrimonial	175.807	100%	(123.168)	99%	62.017	99%	243%	-299%
Resultado da venda de bens e serviços	211	0%	(1.809)	1%	926	1%	112%	-295%
	176.018	100%	(124.977)	100%	62.943	100%	241%	-299%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Gerais e administrativas	(34.217)	-19%	(38.477)	31%	(50.095)	-80%	11%	23%
Outras receitas operacionais, líquidas	366.860	208%	133.719	-107%	40.317	64%	174%	232%
	332.643	189%	95.242	-76%	(9.778)	-16%	249%	1074%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	508.661	289%	(29.735)	24%	53.165	84%	1811%	-156%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	525.570	299%	679.818	-544%	299.808	476%	-23%	127%
Despesas financeiras	(399.982)	-227%	(583.712)	467%	(225.263)	-358%	31%	-159%
	125.588	71%	96.106	-77%	74.545	118%	31%	29%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	634.249	360%	66.371	-53%	127.710	203%	856%	-48%
IMPOSTO DE RENDA E CSLL								
IRPJ e CSLL corrente	(1.905)	-1%	(922)	1%	(817)		-107%	-13%
IRPJ e CSLL diferido	(40.961)	-23%	(74.794)	60%	(26.324)	-42%	45%	-184%
	(42.866)	-24%	(75.716)	61%	(27.141)	-43%	43%	-179%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	591.383	336%	(9.345)	7%	100.569	160%	6428%	-109%
Participação de minoritários	-	0%	-	0%	(437)	-1%	n/a	100%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	591.383	336%	(9.345)	7%	100.132	159%	6428%	-109%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2021 e 31/12/2020	31/12/2020 e 31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	225.382	10%	199.646	12%	158.765	9%	13%	26%
Títulos e valores mobiliários	535.603	25%	439.747	27%	416.792	24%	22%	6%
Dividendos a receber	7	0%	20.657	1%	13.770	1%	-100%	50%
Créditos com Operações Financeiras	14.252	1%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Alienação de investimento	12.086	1%	18.062	1%	-	0%	-33%	n/a
Alienação de estoque	62.733	3%	22.176	1%	-	0%	183%	n/a
Contas a receber	474	0%	1.147	0%	2.261	0%	-59%	-49%
Estoque de imóveis a comercializar	-	0%	1.264	0%	791	0%	-100%	60%
Tributos a recuperar	10.246	0%	16.982	1%	17.933	1%	-40%	-5%
Outros	284	0%	29	0%	1.025	0%	879%	-97%
Total do ativo circulante	861.067	40%	719.710	44%	611.337	36%	20%	18%
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo:								
Títulos e valores mobiliários	457	0%	485	0%	528	0%	-6%	-8%
Alienação de investimento	-	0%	11.117	1%	-	0%	-100%	n/a
Alienação de estoque	-	0%	66.000	4%	-	0%	-100%	n/a
Partes relacionadas	1.664	0%	374	0%	987	0%	345%	-62%
Estoque de imóveis a comercializar	10.930	1%	10.930	1%	103.690	6%	0%	-89%
Tributos a recuperar	9.267	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Outros	791	0%	3.855	0%	3.883	0%	-79%	-1%
Investimentos em controladas e coligadas	274.288	13%	670.196	41%	842.201	49%	-59%	-20%
Propriedade para investimentos	23.129	1%	23.051	1%	46.205	3%	0%	-50%
Outros investimentos	964.425	45%	134.434	8%	84.954	5%	617%	58%
Imobilizado	10.474	0%	10.333	1%	11.468	1%	1%	-10%
Intangível	33	0%	29	0%	53	0%	14%	-45%
Total do ativo não circulante	1.295.458	60%	930.804	56%	1.093.969	64%	39%	-15%
TOTAL DO ATIVO	2.156.525	100%	1.650.514	100%	1.705.306	100%	31%	-3%
PASSIVO CIRCULANTE								
Salários e encargos sociais	1.223	0%	1.109	0%	1.108	0%	10%	0%
Impostos e taxas a recolher	1.440	0%	1.013	0%	4.360	0%	42%	-77%
Dividendos e JCP a pagar	220	0%	10.809	1%	7.775	0%	-98%	39%
Fornecedores	413	0%	474	0%	460	0%	-13%	3%
Obrigações com Operações Financeiras	4.113	0%	430	0%	93.101	5%	857%	-100%
Obrigações fundos exclusivos	16.470	1%	1.848	0%	1.713	0%	791%	8%
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	201.681	9%	151.364	9%	4.770	0%	33%	3073%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	-	0%	-	0%	100.269	6%	n/a	-100%
Debêntures	6.128	0%	53	0%	445	0%	11462%	-88%
Arrendamento a Pagar	1.388	0%	1.255	0%	1.316	0%	11%	-5%
Total do passivo circulante	233.076	11%	168.355	10%	215.317	13%	38%	-22%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Partes relacionadas	-	0%	31	0%	31	0%	-100%	0%
Tributos diferidos	291.957	14%	249.827	15%	162.871	10%	17%	53%
Empréstimo e Financiamentos Nacionais	-	0%	50.000	3%	49.069	3%	-100%	2%
Empréstimo e Financiamentos Estrangeiros	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Debêntures	698.205	32%	200.000	12%	200.000	12%	249%	0%
Arrendamento a Pagar	9.447	0%	8.814	1%	9.532	1%	7%	-8%
Provisão para perda de investimentos	50	0%	3	0%	2	0%	1567%	50%
Outros	580	0%	580	0%	580	0%	0%	0%
Total do passivo não circulante	1.000.239	46%	509.255	31%	422.085	25%	96%	21%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	616.838	29%	716.838	43%	716.838	42%	-14%	0%
Reservas de lucros	347.071	16%	295.644	18%	369.372	22%	17%	-20%
Ajustes de avaliação patrimonial	(40.699)	-2%	(39.578)	-2%	(18.306)	-1%	-3%	-116%
Tota do patrimônio líquido	923.210	43%	972.904	59%	1.067.904	63%	-5%	-9%
Participações de minoritários	-	0%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
Tota do patrimônio líquido consolidado	923.210	43%	972.904	59%	1.067.904	63%	-5%	-9%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.156.525	100%	1.650.514	100%	1.705.306	100%	31%	-3%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 176 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2021, representou um acréscimo de R\$ 299 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ 123 milhões em 2020, principalmente pelo maior resultado da coligada Klabin S.A (R\$ 339 milhões) compensados parcialmente pelo menor resultado da coligada Ultrapar Participações S.A. (-R\$ 34 milhões) e das coligadas e controladas em conjunto imobiliárias (-R\$ 6 milhões).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A redução de R\$ 4 milhões em despesas gerais e administrativas, entre 2021 e 2020, deveu-se principalmente, às menores despesas com pessoal (R\$ 2 milhões), menores despesas com serviços prestados (R\$ 2 milhões), menores despesas com aluguéis e condomínios (R\$ 1 milhão) e menores outras despesas administrativas (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente pelas maiores despesas com administradores (-R\$ 2 milhões).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação positiva de R\$ 233 milhões em outras receitas operacionais líquidas, entre 2021 e 2020, deveu-se principalmente aos maiores ganhos com ajuste a valor justo (R\$ 276 milhões) e dividendos (R\$ 20 milhões) de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, compensados parcialmente pela baixa dos resultados abrangentes na perda da coligação (-R\$ 27 milhões), menor resultado na variação de participações (-R\$ 20 milhões) e pela ausência de reversão de perda no valor realizável líquido de estoque em 2021 (-R\$ 14 milhões).

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 29 milhões, se deve, principalmente, aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação positiva do imposto de renda e contribuição social de R\$ 33 milhões, refere-se à reversão da provisão dos tributos diferidos devido principalmente, às perdas tributáveis nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Receitas Operacionais

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado negativo de R\$ 123 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2020, representou um decréscimo de R\$ 185 milhões em relação ao resultado positivo de R\$ 62 milhões em 2019, principalmente pelo menor resultado da coligada Klabin S.A (-R\$ 211 milhões) compensados parcialmente pelo maior resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 24 milhões).

Receitas e (Despesas) Operacionais

Gerais e Administrativas

A redução de R\$ 12 milhões em despesas gerais e administrativas, entre 2020 e 2019, deveu-se principalmente, à reclassificação do resultado com taxas e tributos (R\$ 10 milhões) para resultado financeiro e as menores despesas com administradores (R\$ 1 milhão), menores despesas com pessoal (R\$ 1 milhão), menores despesas com serviços prestados (R\$ 1 milhão) e menores despesas com aluguéis e condomínios (R\$ 1 milhão) compensados parcialmente por um acréscimo em outras despesas administrativas (R\$ 2 milhões).

Outras receitas operacionais líquidas

A variação positiva de R\$ 93 milhões em outras receitas operacionais líquidas, entre 2020 e 2019, deveu-se principalmente a um acréscimo na alienação de ativos (R\$ 38 milhões), a um maior resultado na variação de participações (R\$ 20 milhões), a maiores receitas de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 1 milhão), a um maior ajuste a valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 23 milhões), a uma menor perda de ajuste a valor justo de propriedades para investimentos (R\$ 2 milhões), a um acréscimo de ganho por compra vantajosa de investimento (R\$ 2 milhões) e pela maior reversão de perda no valor realizável líquido de estoque (R\$ 8 milhões).

Resultado Financeiro Líquido

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 22 milhões, se deve, principalmente, aos maiores ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 48 milhões, refere-se a provisão dos tributos diferidos devido principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia.

COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO CIRCULANTE

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A variação positiva de R\$ 26 milhões do caixa e a variação positiva de R\$ 96 milhões em aplicações financeiras, entre 2021 e 2020, decorre, majoritariamente, pela captação de empréstimos através da emissão de debêntures realizada pela Companhia (R\$ 500 milhões), venda de ativos (R\$ 110 milhões) e proventos recebidos (R\$ 86 milhões), parcialmente compensados pelos pagamentos de proventos no ano de 2021 (R\$ 551 milhões) e encargos sobre empréstimos (R\$ 11 milhões).

Dividendos a Receber

A redução de R\$ 21 milhões no saldo refere-se ao recebimento dos dividendos aprovados de 2020 da investida Ultrapar Participações S.A (R\$ 18 milhões) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 3 milhões).

Alienação de Investimento e Estoque

A variação positiva de R\$ 35 milhões refere-se à transferência das parcelas do não circulante, recebimentos e juros do saldo a receber em 2022 pela alienação, dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março (R\$ 41 milhões), pelo Edifício Monteiro Aranha (R\$ 7 milhões) e pela totalidade de sua participação na Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. (-R\$ 13 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Alienação de Investimento e Estoque

A variação negativa de R\$ 77 milhões refere-se à transferência do saldo a receber das alienações da Torre 1º de março, Edifício Monteiro Aranha e HESA 159 - Investimentos Imobiliários S.A. para o ativo circulante.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 396 milhões entre 2021 e 2020, decorre principalmente da redução dos investimentos na (i) Ultrapar Participações S.A. (-R\$ 399 milhões) pela perda da coligação e transferência para outros investimentos, (ii) PRS XXIV Incorporadora S.A. (-R\$ 6 milhão) pela perda no resultado de equivalência patrimonial e distribuição de dividendos, (iii) JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. (-R\$ 3 milhões) pela redução de capital, e na (iv) Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (-R\$ 1 milhão) pela distribuição de dividendos, compensados parcialmente pelo aumento do investimento na (i) Klabin S.A. (R\$ 14 milhões) pelo ganho no resultado de equivalência patrimonial compensados pelos outros resultados abrangentes reflexos, alienação de participação e distribuição de dividendos.

Outros Investimentos

A variação positiva de R\$ 830 milhões refere-se aos aumentos de (i) Ultrapar Participações S.A. (R\$ 664 milhões) pela perda da coligação e avaliação a valor justo, (ii) BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (R\$ 121 milhões) pela aquisição de ações e ajuste a valor justo e (iii) Nortec Química S.A. (R\$ 44 milhões) pela aquisição de ações e ajuste a valor justo.

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Fundos Exclusivos

O saldo de R\$ 16 milhões refere-se a parcelas a pagar pela aquisição da Nortec (R\$ 8 milhões), taxa de performance (R\$ 6 milhões), além das negociações com BDRs em bolsa a liquidar (R\$ 2 milhões).

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de R\$ 202 milhões refere-se às cédulas de crédito bancário contratadas pela Companhia.

Debêntures

O saldo de R\$ 6 milhões refere-se aos juros sobre as debêntures da 1a emissão e da 2a emissão.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos Diferidos

O saldo de R\$ 292 milhões refere-se aos ganhos acumulados não realizados dos fundos exclusivos da Companhia (R\$ 249 milhões), do ajuste a valor justo de investimentos em participação (R\$ 31 milhões), do ajuste a valor justo das propriedades para investimento (R\$ 9 milhões) e do parcelamento sobre a venda da Torre 1º de Março (R\$ 3 milhões).

Empréstimos e Financiamentos

A redução de R\$ 50 milhões refere-se à transferência das parcelas das cédulas de crédito bancário contratada pela Companhia para o circulante.

Debêntures

O saldo de R\$ 698 milhões refere-se as debêntures da 1a emissão (R\$ 200 milhões), da 2a emissão (R\$ 500 milhões) e custos da emissão das debêntures (-R\$ 2 milhões), com vencimento ao longo de 2023 e 2026.

EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras

A variação positiva de R\$ 41 milhões do caixa e a variação positiva de R\$ 23 milhões em aplicações financeiras, entre 2020 e 2019, decorre, majoritariamente, pela captação de empréstimos através da emissão de cédulas de crédito bancário realizada pela Companhia (R\$ 200 milhões), venda de ativos (R\$ 145 Milhões), proventos recebidos (R\$ 22 Milhões), parcialmente compensados pelos pagamentos de empréstimos bancários (R\$ 132 milhões), pelo aporte no Bergen Fundo de Investimento em Ações (R\$ 100 milhões) e pelos pagamentos de proventos no ano de 2020 (R\$ 70 milhões).

Dividendos a Receber

O aumento de R\$ 7 milhões refere-se aos dividendos aprovados de 2019 da investida Klabin S.A (R\$ 11 milhões) recebidos em 2020, e a aprovação de dividendos em 2020 da investida Ultrapar Participações S.A. (R\$ 18 milhões), para recebimento em 2021.

Alienação de Investimento e Estoque

A variação positiva de R\$ 40 milhões refere-se ao saldo a receber em 2021 pela alienação, dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março (R\$ 22 milhões) e da totalidade de sua participação na Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. (R\$ 18 milhões).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Alienação de Investimento e Estoque

A variação positiva de R\$ 77 milhões refere-se ao saldo a receber em 2022 pela alienação do Edifício Monteiro Aranha (R\$ 6 milhões), dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março (R\$ 66 milhões) e da participação na Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A. (R\$ 5 milhões).

Estoque de Imóveis a Comercializar

A variação negativa de R\$ 93 milhões refere-se à alienação dos 13 pavimentos da Torre 1º de Março.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação negativa de R\$ 172 milhões entre 2020 e 2019, decorre principalmente (i) da redução do investimento na Klabin pelo menor resultado de equivalência patrimonial, resultado abrangente reflexo, distribuição de dividendos e alienação de participação, compensado parcialmente pelo aumento da variação do percentual de participação na Klabin (-R\$ 158 milhões) e (ii) da redução pela alienação da participação na HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. (-R\$ 20 milhões).

Propriedade para Investimentos

A variação negativa de R\$ 23 milhões refere-se à alienação do Edifício Monteiro Aranha (-R\$ 21 milhões) e ajuste a valor justo na avaliação do Ed. Argentina (-R\$ 2 milhões).

Outros Investimentos

A variação positiva de R\$ 49 milhões refere-se à aquisição e valorização de participação na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, investimento avaliado a valor justo, sem influência significativa.

PASSIVO CIRCULANTE

Dividendos e JCP a pagar

O saldo de R\$ 11 milhões refere-se aos juros sobre capital próprio declarados em dezembro de 2020 e pagos em janeiro de 2021.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 151 milhões refere-se a cédulas de crédito bancário contratadas pela Companhia, com vencimento em 2021.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos Diferidos

A variação positiva de R\$ 87 milhões, entre 2020 e 2019, refere-se aos maiores ganhos tributáveis não realizados nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 50 milhões refere-se a cédula de crédito bancário contratada pela Companhia, com vencimento em 2022.

Debêntures

O valor de R\$ 200 milhões refere-se as debêntures de emissão da Companhia com vencimento ao longo de 2023 e 2024.

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma holding de participações, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de suas controladas e coligadas; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) por receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2021	2020	2019
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 175.807mil	(R\$ 123.168mil)	R\$ 62.017mil
Outras receitas operacionais	R\$ 393.941mil	R\$ 121.639mil	R\$ 38.655mil
Receitas financeiras	R\$ 525.570mil	R\$ 679.470mil	R\$ 299.808mil

Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., que assegura o direito de a Companhia receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2021, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Ultrapar participações S.A., passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial.

Em 2021, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 176 milhões, sendo que R\$ 172 milhões provenientes da Klabin S.A., R\$ 6 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., e -R\$ 2 milhões de outras investidas.

Em 2020, a receita de equivalência patrimonial foi de -R\$ 123 milhões, sendo que -R\$ 166 milhões provenientes da Klabin S.A., R\$ 40 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., e R\$ 3 milhões de outras investidas.

Em 2019, a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 62 milhões, sendo que R\$ 45 milhões provenientes da Klabin S.A., R\$ 16 milhões provenientes da Ultrapar Participações S.A., e R\$ 1 milhão de outras investidas.

Outras receitas operacionais

Em 2021, as outras receitas operacionais foram de R\$ 394 milhões, sendo R\$ 48 milhões provenientes de alienação de ativos da Companhia, R\$ 311 milhões de ajuste a valor justo de investimentos, R\$ 32 milhões de receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, R\$ 2 milhões de receita de locação de imóveis, R\$ 1 milhão de outras receitas.

Em 2020, as outras receitas operacionais foram de R\$ 122 milhões, sendo R\$ 51 milhões provenientes de alienação de ativos da Companhia, R\$ 35 milhões de ajuste a valor justo de investimentos, R\$ 20 milhões de variação de percentual de participação, R\$ 12 milhões de receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, R\$ 2 milhões de receita de locação de imóveis e R\$ 2 milhões de ganho por compra vantajosa de investimentos.

Em 2019, as outras receitas operacionais foram de R\$ 39 milhões, sendo R\$ 13 milhões de alienação de ativos da Companhia, R\$ 11 milhões de receita de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, R\$ 12 milhões de ajuste a valor justo de investimentos e R\$ 3 milhões de receita de locação de imóveis.

Receitas financeiras

Em 2021, as receitas financeiras foram de R\$ 526 milhões, sendo R\$ 508 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos, realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 9 milhões de juros sobre o saldo a receber da venda de estoques e investimentos, R\$ 8 milhões de rendimentos sobre aplicações financeiras em renda fixa da tesouraria da Companhia e R\$ 1 milhão de outras receitas financeiras.

Em 2020, as receitas financeiras foram de R\$ 679 milhões, sendo R\$ 611 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos, realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 4 milhões de juros sobre o saldo a receber da venda de estoques e investimentos, R\$ 3 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 6 milhões de rendimentos sobre aplicações financeiras em renda fixa da tesouraria da Companhia, R\$ 54 milhões de resultado de derivativos, e R\$ 1 milhão de outras receitas financeiras.

Em 2019, as receitas financeiras foram de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 254 milhões de aplicações em títulos e valores mobiliários em renda fixa, renda variável e derivativos, realizadas através de fundos exclusivos e não exclusivos, R\$ 16 milhões de variação cambial referente a empréstimo estrangeiro, R\$ 6 milhões de rendimentos sobre aplicações financeiras em renda fixa da tesouraria da Companhia, R\$ 23 milhões de resultado de derivativos e R\$ 1 milhão de outras receitas financeiras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

O resultado consolidado da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 9 milhões em 2020 para um lucro líquido de R\$ 591 milhões em 2021 explicado principalmente: (i) pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 176 milhões em 2021 vs. -R\$ 123 milhões em 2020), devido aos maiores resultados da coligada Klabin S.A. (R\$ 172 milhões em 2021 vs. -R\$ 166 milhões em 2020), parcialmente compensados pelos menores resultados da coligada Ultrapar Participações S.A. (R\$ 6 milhões em 2021 vs. R\$ 40 milhões em 2020) e das demais coligadas e controladas em conjunto de atividades imobiliárias (-R\$ 2 milhões em 2021 vs. R\$ 3 milhões em 2020), (ii) por maiores outras receitas/despesas operacionais líquidas (R\$ 367 milhões em 2021 vs. R\$ 134 milhões em 2020), devido principalmente, aos maiores ganhos com ajuste a valor justo de investimentos (R\$ 311 milhões em 2021 vs. R\$ 35 milhões em 2020) e as maiores receitas de dividendos de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (R\$ 32 milhões em 2021 vs. R\$ 12 milhões em 2020), compensados parcialmente pelos menores resultados na variação no percentual de participação (R\$ 0 milhões em 2021 vs. R\$ 20 milhões em 2020), pela baixa dos resultados abrangentes na perda da coligação (R\$ 27 milhões em 2021 vs. R\$ 0 mil em 2020), pela inexistência de ajuste do valor recuperável líquido de estoque (R\$ 0 milhões em 2021 vs. -R\$ 14 milhões em 2020) e menores resultados na alienação de ativos (R\$ 48 milhões em 2021 vs. R\$ 51 milhões em 2020), (iii) pela menor de provisão de IRPJ e CSLL (-R\$ 43 milhões em 2021 vs. -R\$ 76 milhões em 2020) e por fim (iv) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 126 milhões em 2021 vs. R\$ 96 milhões em 2020).

Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 100 milhões em 2019 para um prejuízo de R\$ 9 milhões em 2020, correspondente a uma redução de 109%, explicado principalmente: (i) pelo menor resultado de equivalência patrimonial (-R\$ 123 milhões em 2020 vs. R\$ 62 milhões em 2019), devido aos menores resultados das coligadas Klabin S.A. (-R\$ 166 milhões em 2020 vs. R\$ 45 milhões em 2019), e Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 0 2020 vs. R\$ 1 milhão em 2019) parcialmente compensados pelo resultado da Ultrapar Participações S.A. (R\$ 40 milhões em 2020 vs. R\$ 16 milhões em 2019), MAPISA I S.A. (R\$ 0 em 2020 vs. -R\$ 1 milhão em 2019) e PRS XXIV Incorporadora S.A. (R\$ 3 milhões em 2020 vs. R\$ 1 milhão em 2019) (ii) por maior provisão de IRPJ e CSLL (-R\$ 75 milhões em 2020 vs. -R\$ 26 milhões em 2019) (ii) por maiores outras receitas/despesas operacionais (R\$ 95 milhões em 2020 vs. -R\$ 10 milhões em 2019), devido principalmente, a maiores resultados na alienação de ativos (R\$ 51 milhões em 2020 vs. R\$ 13 milhões em 2019), resultado na variação no percentual de participação (R\$ 20 milhões em 2020 vs. -R\$ 1 milhão em 2021) e ao ajuste a valor justo de investimentos (R\$ 35 milhões em 2020 vs. R\$ 12 milhões em 2019) e por fim (iii) pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 96 milhões em 2020 vs. R\$ 75 milhões em 2019).

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma holding de participações, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas, de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de equivalência patrimonial de suas coligadas e por resultados em participações diretas ou indiretas em outras sociedades. Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A., na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas e nas outras participações diretas e indiretas, que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais investidas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial e nos resultados de participações diretas ou indiretas em outras sociedades afetando desta forma a sua receita operacional.

Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de sua participação na coligada Klabin S.A., e nas outras participações em Ultrapar Participações S.A. e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A., da Ultrapar Participações S.A. e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br), da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br), e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (www.brasilagro.com.br) bem como na página eletrônica da CVM (www.cvm.gov.br).

Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de suas participações societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, entre outras participações, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A., da Ultrapar Participações S.A. e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e os resultados de participações diretas ou indiretas em outras sociedades e por consequência a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A., da Ultrapar Participações S.A. e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. (www.klabin.com.br), da Ultrapar Participações S.A. (www.ultra.com.br) e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (www.brasilagro.com.br), bem como na página eletrônica da CVM (www.cvm.gov.br).

Resultado Financeiro

Variação no preço de ações, cotas de fundos e variação cambial - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras, cotas de fundos e ativos com exposição positiva ao dólar (ex. dólar futuro). Dessa forma, parcela dos resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa, cotas de fundos e do dólar afeta o resultado financeiro da Companhia.

Taxa de Juros – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letras de arrendamento Mercantil (LAMs), Letras Financeiras (LF) títulos públicos e fundos de renda fixa, bem como possui contas a receber sobre a alienação de estoque e investimentos (sujeitos a atualização pelo CDI), a flutuação da taxa de juros pode afetar a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Existe também quatro empréstimos (cédulas de crédito bancário) cuja taxa de juros é atrelada à variação do CDI, e debêntures emitidas pela Companhia com remuneração atrelada ao CDI. Desta forma a variação positiva dos juros referentes a tais empréstimo e debêntures, caso haja, impactam negativamente o resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

(i) Extinção de coligadas

A investida Telecel Participações Ltda., foi incorporada pela Telecel Telecomunicações Ltda., passando assim a Companhia à condição de investidora da sociedade incorporadora, na mesma participação anteriormente detida na investida incorporada. Ainda no exercício, a Companhia realizou o distrato da Telecel Telecomunicações Ltda, encerrando sua participação no investimento.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.859.000 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, reforço do capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia.

A Companhia entregou aos seus acionistas, que optaram por receber units de Klabin S.A, 19.074.434 units da Klabin S.A., como restituição pela redução de capital aprovada no exercício.

(iii) Outras alienações de participações societárias

O FIA Nordland (cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia) alienou 112.000 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

(iv) Novas participações

O FIA Nordland, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia adquiriu 3.622.847 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas.

Após o cumprimento das condições suspensivas, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, adquiriu 2.731.801 ações ordinárias de emissão da Nortec Química S.A., por R\$ 41.755, representando 23% do capital da

companhia, com mensuração a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

Em ato contínuo à aquisição, foram firmados também contratos de opção de venda de até a totalidade da participação do FIP Alta na companhia, e opção de compra de mais 2.375.479 ações ordinárias, avaliados a valor justo, através de laudo de avaliação emitido por empresa especializada.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, manteve os compromissos de aporte anteriormente assumidos de até R\$ 41 milhões, e em 2021 realizou compromisso de aporte adicional, totalizando R\$ 42 milhões, em Fundo de Investimento em Participação (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, realizou compromisso de aporte no valor de R\$ 130.000, em Fundo de Investimento em Participação (FIP) dedicado a investimentos em fibra ótica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

(i) Extinção de coligadas

A investida Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda. foi incorporada pela coligada Klabin S.A., resultando na substituição das 21.642 cotas da Sogemar por 10.408.916 novas ações ordinárias de Klabin S.A.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.988.700 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, reforço do capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia.

A Companhia adquiriu 10.408.916 novas ações ordinárias da Klabin S.A. através da incorporação das cotas da investida Sogemar - Sociedade Geral de Marcas Ltda.

(iii) Outras alienações de participações societárias

A Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., controlada da Companhia, alienou 19.230.000 ações ordinárias da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A., representando a totalidade de sua participação na investida.

(iv) Novas participações

O FIA Nordland, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, adquiriu 914.250 ações ordinárias da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, através do FIA Bergen, sem influência significativa.

A Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., controlada da Companhia, adquiriu 5.412.347 ações da MAPISA I S.A., com aquisição da totalidade das ações da investida.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, adquiriu 25.000 cotas do Treecorp Pet Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes, que detêm participação na Zee Dog S.A. uma empresa brasileira de acessórios premium para o mercado pet.

O FIA Nordland cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, adquiriu 20.000 cotas do FIC FIM XP Special Situations II Capital Crédito Privado Longo Prazo dedicado à aquisição de ativos judiciais.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, manteve os compromissos de aporte anteriormente assumidos de até R\$ 32 milhões, e em 2020 realizou um compromisso de aporte adicional de R\$ 9 milhões, totalizando R\$ 41 milhões, ao longo de cinco anos, em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, firmou Contrato de Compra e Venda com o BNDESPar, por meio do qual, subordinado a determinadas condições suspensivas, se comprometeu a adquirir a totalidade de sua participação de 2.375.479 ações ordinárias, representativas de 20% do capital social votante e total na Nortec Química S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

(i) Extinção de fundo exclusivos

A Companhia realizou a liquidação total das cotas fundo exclusivo CSHG Bucaresta III Fundo de Investimento em Ações - Investimento no Exterior.

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.264.800 units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, reforço do capital de giro e/ou demais usos gerais da Companhia.

(iii) Outras alienações de participações societárias

A Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., controlada da Companhia, alienou 4.000 ações ordinárias e 1.600.000 ações preferenciais da Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A., representando a totalidade de sua participação na investida.

A Companhia alienou 90.000 cotas da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda, representando a totalidade de sua participação na investida.

(iv) Novas participações

O FIA Bergen, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, atingiu a participação de 7,83% na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, sem influência significativa.

O FIA Bergen, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, adquiriu 200.000 cotas do Fundo de Investimento Imobiliário BTG Pactual Shoppings dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como shopping centers.

O FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. (cujas cotas são detidas indiretamente pela Companhia) adquiriu cotas em Fundo de Investimento em Participação (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações (holding), alterações em práticas contábeis das investidas podem trazer reflexos nos registros desses investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício de 2021 e 2020 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2019, houve a adoção do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos), que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios sociais de 2021 e 2020, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis, não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As mudanças nas práticas contábeis em 2019 referidas no item “a”, trouxeram o impacto de R\$10 milhões referente a adoção pela Companhia do IFRS 16 – CPC 06 (R2) (Arrendamentos).

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019, o relatório do auditor trouxe a ênfase de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

A determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

Não houve ressalvas nos exercícios sociais de 2021, 2020 e 2019.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Administração da Companhia destaca que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2021, a Monteiro Aranha S.A. detinha 4,49% da Klabin S.A. (“Klabin”), percentual inferior ao destacado pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa na investida que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desse investimento. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na Diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui na investida perfazia o montante de R\$ 257 milhões na controladora e no consolidado, representando 11,94% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, durante o ano de 2021 a Companhia registrou o montante de R\$ 172 milhões relativo ao ganho de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pela investida.

A avaliação da influência significativa no investimento que a Companhia possui na Klabin S.A. foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude

dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui na investida e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração da investida; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia na investida; (iii) inspeção do acordo de acionistas da investida que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa na investida.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia na investida Klabin S.A. e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 202 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados pelos auditores da Companhia na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em 2021, em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Ultrapar Participações S.A. e da Companhia, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e conseqüentemente, nos processos decisórios da Ultrapar Participações S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, cessando sua relação de coligação mensurada por equivalência patrimonial, passando o investimento em Ultrapar ser mensurado a valor justo.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Conforme detalhado no item 10.1, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica de R\$ 7 milhões.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Conforme detalhado no item 10.1, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica de R\$ 18 milhões.

Investimentos em Fibra Ótica

Conforme detalhado no item 10.1, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado a investimentos em fibra ótica de R\$ 130 milhões.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

O principal efeito sobre realização dos aportes referentes aos compromissos descritos no item 10.6.b, assumidos pelo FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, seria a redução das aplicações financeiras em renda fixa e o aumento de suas aplicações financeiras em fundos de investimento, e conseqüentemente a maior exposição às variações no valor das cotas dos fundos, com efeito no resultado financeiro da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

A natureza e propósito dos compromissos descritos no item 10.6.b. é de realizar e aumentar investimentos em FIPs dedicados a investimentos em fibra ótica e investimentos dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão e geração de energia, respectivamente.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica

Conforme detalhado no item 10.6.b, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica de R\$ 7 milhões.

Investimentos em Geração de Energia Elétrica

Conforme detalhado no item 10.6.b, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica de R\$ 18 milhões.

Investimentos em Fibra Ótica

Conforme detalhado no item 10.6.b, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possui um saldo de compromisso de aporte em Fundo de Investimento em Participações (FIP) dedicado a investimentos em fibra ótica de R\$ 130 milhões.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2019, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, possuía compromisso de aporte de até R\$ 61 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Em 2020, o FIP Alta aproveitando as condições de mercado, vendeu suas participações nos fundos Perfin Apollo 11 FIP-IE e Perfin Apollo 12 FIP-IE, por meio do processo de listagem do Perfin Apollo Energia FIP-IE na B3. Com essa venda, os compromissos de investimento que o FIP Alta possuía com esses fundos, que totalizavam R\$ 36 milhões ao final do exercício de 2019, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Em 2021, dois de seus fundos de participação, o BTG Pactual Infraestrutura II Energia e BTG Pactual Infraestrutura III Energia, foram liquidados e encerrados após a realização da venda de seus ativos. Com essa venda, os compromissos de investimento que o FIP Alta possuía com esses fundos, que totalizavam R\$ 15 milhões ao final do exercício de 2020, foram encerrados, não restando, assim, novas chamadas de capital destes fundos. Com isso, o valor total comprometido pelo FIP Alta passou para R\$ 10 milhões, dos quais o FIP Alta havia integralizado R\$ 3 milhões até o final de 2021.

Em 2019, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, se comprometeu a realizar um aporte de até R\$ 32 milhões em Fundo de Investimento e Participações (FIP) dedicado ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica. Em 2020, o FIP Alta realizou compromisso de aporte adicional de R\$ 9 milhões, totalizando R\$ 41 milhões, ao longo de cinco anos. Em 2021, o FIP Alta realizou compromisso de aporte adicional de R\$ 1 milhão e, após passar por uma reorganização de estrutura, o investimento no FIP foi transformado em um fundo de investimento em cotas de fundo de ações (FIC de FIA), transferido para o FIA Nordland. Com isso, o valor total comprometido pelos fundos exclusivos da Companhia no FIC de FIA passou para R\$ 42 milhões, dos quais R\$ 25 milhões haviam sido integralizados até o final de 2021.

Em 2019, o FIA Bergen, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, investiu R\$ 20 milhões em fundo de investimentos em empreendimentos imobiliários (FII) dedicados à aquisição de empreendimentos imobiliários voltados para o uso comercial, caracterizados como Shopping Centers. Em 2021, o FIA Bergen manteve sua participação de forma indireta através do FIA Nordland, cujas cotas são detidas pelo FIA Bergen.

Em 2020, o FIA Bergen, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, atingiu a participação de 8,65% (5.370.050 ações) do capital social na BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, e em 2021, aumentou sua participação para 8,67% (8.880.897 ações) do capital social, sem influência significativa. Atualmente o investimento na BrasilAgro está concentrada no FIA Nordland, cujas cotas são detidas pelo FIA Bergen.

Em 2020, o FIP Alta, fundo gerido de forma discricionária pela Charles River Gestora de Recursos Financeiros Ltda. e cujas cotas são detidas, de forma indireta, pela Companhia, investiu R\$ 25 milhões em Fundo de Investimento e Participações (FIP) dedicado à aquisição de participação em empresa do segmento pet.

Em 2020, o FIA Nordland, cujas cotas são detidas pelo FIA Bergen, investiu R\$ 20 milhões em Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado (FIC de FIM) dedicado à aquisição de ativos judiciais. Em 2021, o FIA Nordland manteve sua participação.

Em 2020 o FIP Alta, gerido de forma discricionária pela Charles River Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda, cujas cotas são detidas indiretamente pela Companhia, firmou Contrato de Compra e Venda com o BNDESPar, por meio do qual, subordinado a determinadas condições suspensivas, se comprometeu a adquirir a totalidade de sua participação de 2.375.479 ações ordinárias, representativas de 20% do capital social votante e total na Nortec Química S.A. Em 2021, após o cumprimento das condições suspensivas, o FIP Alta adquiriu as ações do BNDESPar, além de outras 356.322 ações ordinárias, totalizando 2.731.801 ações ordinárias de emissão da Nortec Química S.A., representando 23% do capital da companhia. Em ato contínuo à aquisição, foram firmados também contratos de opção de venda de até a totalidade da participação do FIP Alta na companhia, e opção de compra de mais 2.375.479 ações ordinárias.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Estes investimentos terão como fonte, os lucros retidos na reserva para investimentos e capital de giro e recursos de terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma holding de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Companhia. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de providências a serem realizadas, como a obtenção das licenças costumeiras.

Em 2015, a controlada em conjunto MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A., sobre a qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 52% de participação, adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O projeto está sendo readequado para unidades menores, visando dar maior liquidez ao produto.

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. vem analisando o desenvolvimento da segunda fase do projeto localizado próximo ao “Norte Shopping”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%.

iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o montante total de R\$ 11,5 milhões.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481/ 2009)

1 - Informar o Lucro Líquido do exercício:

Em 2021, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 591.382.758,83. O lucro líquido ajustado para efeitos de cálculo do valor a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 561.813.620,89, calculado da seguinte forma (valores em R\$):

- a) Lucro LíquidoR\$ 591.382.758,83
- b) Constituição de Reserva Legal (5% do lucro líquido)R\$ 29.569.137,94

Lucro para cálculo do Dividendo Mínimo (conforme Estatuto) ...R\$ 561.813.620,89

Dividendo Mínimo Obrigatório (25% do lucro líquido)R\$ 140.453.405,22

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

No exercício social de 2021, a Companhia declarou proventos no valor global de R\$ 540 milhões, equivalentes a R\$ 44,08 por ação, sendo R\$ 332 milhões em dividendos atribuídos ao lucro líquido do exercício, R\$ 167 milhões em dividendos e R\$ 41 milhões em juros sobre capital próprio, atribuídos a reserva para investimentos.

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

No exercício social de 2021, a Companhia distribuiu dividendos, atribuídos ao lucro do exercício social de 2021, no montante de R\$ 332.101.137,43, correspondentes a 59% do lucro líquido ajustado do exercício social de 2021 (R\$ 561.813.620,89).

4 - Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercício anteriores:

No exercício social de 2021 a Companhia distribuiu o valor global de R\$ 208 milhões com base em lucro de exercício anteriores, sendo R\$ 167 milhões em dividendos e R\$ 41 milhões em juros sobre capital próprio.

5 - Informar saldo de valor bruto de dividendos e juros sobre o capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio, já declarados:

Não aplicável, pois não existe saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio, adicionais aos já declarados.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio, já declarados

No exercício social de 2021, foram declarados dividendos no valor de R\$ 332.101.137,43, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

<u>Início Pagto.</u>	<u>Valor Pago</u>
05/11/2021	266.101.137,43
30/12/2021	66.000.000,00

7 - Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (Prejuízo) (R\$)	Valor por Ação (R\$)
2021	591.382.758,83	48,27
2020	(9.345.244,86)	(0,76)
2019	100.131.561,77	8,17

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendo declarado no exercício - R\$	Dividendo por Ação - R\$	Dividendo pago no Exercício - R\$
2021	499.000.000,00	40,73	498.939.099,48
2020	22.000.000,00	1,80	21.923.444,90
2019	99.000.000,00	8,08	98.967.110,70

Exercício	JCP declarado no exercício - R\$)	JCP por Ação R\$	JCP pago no Exercício - R\$
2021	41.000.000,00	3,35	51.606.505,14
2020	51.000.000,00	4,16	48.013.731,14
2019	65.000.000,00	5,31	75.157.263,79

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

No exercício social de 2021, foram destinados R\$ 29.569.137,94 à reserva legal.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

	Percentual - %	R\$

Lucro líquido de 2021		591.382.758,83
Destinação de lucros à reserva legal	5%	29.569.137,94

9 - Informar, caso a companhia detenha ações preferências, com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica a Companhia, pois todas as ações emitidas são ordinárias nominativas.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 26 – Dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento).

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório foi pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

11 - Informar, caso haja retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não existem dividendos obrigatórios retidos.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica, pois a Companhia não possui reserva de lucros a realizar.

14 - Havendo destinação de resultado para reserva estatutária:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do artigo 26 do estatuto social da Companhia, a formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei, para financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, incluindo investimentos, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívida, e reforço de capital de giro, cujo saldo, em conjunto

com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar a cifra do capital social.

b) Identificar o montante destinado à reserva

No exercício social de 2021, foram destinados R\$ 229.712.483,46 à reserva para investimentos e capital de giro.

c) Descrever como o montante foi calculado

A reserva para investimentos e capital de giro é calculada com base no lucro líquido do exercício não distribuído, após a destinação das demais reservas e limitações previstas em lei ou no estatuto social da Companhia.

Destinação do resultado	R\$
Lucro líquido do exercício	591.382.758,83
Reserva legal	(29.569.137,94)
Dividendo mínimo obrigatório	(140.453.405,22)
Dividendo intercalar adicional	(191.647.732,21)
Reserva estatutária	229.712.483,46

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

Os saldos retidos com base na proposta do orçamento de capital para o período 2018 a 2022, foram integralmente utilizados, e não houve nova destinação com base no lucro líquido do exercício.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Os saldos retidos com base na proposta do orçamento de capital para o período 2018 a 2022, foram integralmente utilizados, e não houve nova destinação com base no lucro líquido do exercício.

16 - Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III

INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho – CPF nº 007.260.287-20

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Empresário	007.260.887-20	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Diretor-Presidente e membro do Comitê de Estratégia	Sim	16	92%	Não

Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. e Diretor-Presidente da Monteiro Aranha S.A., Diretor da Monteiro Aranha Participações S.A., Diretor da Three O Five Participações S.A., Diretor da Monteiro Aranha International Limited, Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda., Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., Diretor da Masa Mineração Ltda., Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., Diretor da Mapisa I S.A. e Diretor-Presidente da Fundação São Joaquim.

Formado pela Escola Superior de Guerra e em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule (Alemanha).

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Pai
		Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Diretora da Nova Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretora da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)
	Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)
	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	Celi Elisabete Monteiro de Carvalho (irmã)
	Diretor da Masa Mineração Ltda.(controlada direta)	Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto (filho)
	Diretor da Mapisa I S.A.(controlada indireta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)
	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	Three O Five Participações S.A. (controlador direto)
		A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
	C.E.J.M.C Participações Ltda. (controlador indireto)	

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
			Diretora da C.E.J.M.C. Participações Ltda. (controladora indireta)
			Diretora da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
		Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
			Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora indireta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)
			Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A (controlada indireta)	Three O Five Participações S/A (controlador direto)
			Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A (controlada indireta)	
			Masa Mineração Ltda. (controlada direta)	
			Mapisa I S.A. (controlada indireta)	

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - CPF nº 725.095.897-68

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	16/11/1972	Economista	725.095.897-68	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Diretor e Membro do Comitê de Estratégia	Sim	5	100%	Não

1º Vice-Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., membro do Conselho de Administração da Klabin S.A., Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A., Diretor da Monteiro Aranha International Limited, Diretor da Masa Mineração Ltda., Diretor da Timbutuva Empreendimentos Ltda., Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., Diretor da Mapisa I S.A. e Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Foi Assistant Manager na IJB Shroder Bank (NY).

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, com MBA em Fordham University (EUA). Kursou o programa Owner/President Management Program (OPM) em Havard Business School.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Pedro Alberto Guimarães Filho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Pedro Alberto Guimarães Filho (irmão)	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães (irmão)
	Diretor da Masa Mineração Ltda. (controlada direta)	Pedro Alberto Guimarães Filho (irmão)
	Diretor da Timbutuva Empreendimento Ltda. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada indireta)	Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)
	Diretor da Mapisa I S.A. (controlada indireta)	A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	
	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães (irmão)	Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da A.M.C. Participações Ltda (controladora indireta)
		Pedro Alberto Guimarães Filho (irmão)	Diretor da A.M.C. Participações Ltda (controladora indireta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b.

controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Masa Mireração Ltda. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	Three O Five Participações S/A (controlador direto)
			Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda. (controlada direta)	A.M.C. Participações Ltda (controlador indireto)
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	
			Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (controlada indireta)	
			Mapisa I S.A. (controlada indireta)	

Roberto Duque Estrada de Sousa – CPF nº 016.468.087-03

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de administração

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Roberto Duque Estrada de Sousa	11/12/1971	Advogado	016.468.087-03	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Não há	Sim	2	100%	Não

2º Vice-Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Sócio Fundador da Sociedade de advogados Brigagão, Duque Estrada Advogados. Membro titular do Conselho Empresarial de Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro e membro do Conselho Diretor da Abrasca. Autor frequente de colunas e artigos técnicos em matéria tributária nas mídias especializadas, além de palestrante regular em congressos da área. Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, da International Fiscal Association (IFA), do Institute for International Taxation, Inc. (IITI). Foi professor de Direito Tributário Internacional na PUC/RJ.

Formado em Direito pela PUC/RJ, com especialização em Direito Tributário.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não Há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não Há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não Há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Roberto Duque Estrada de Sousa	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Sim	Não Há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho - CPF nº 428.912.807-68

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Empresária	428.912.807-68	Membro do Conselho de Administração (efetiva)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Diretora Vice-Presidente e membro do Comitê de Estratégia	Sim	14	0%	Não

Diretora Vice-Presidente e membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. Diretora e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A., Diretora da Three O Five Participações S.A., Diretora da Monteiro Aranha International Limited, Diretora da CEJMC Participações Ltda., Diretora da Timbutuva Empreendimentos Ltda., Diretora da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., Diretora da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Celi Elisabete Júlia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Mãe
		Arnon Affonso de Farias Mello	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Mãe
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmã

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Diretor da Mapisa I S.A.
			Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Masa Mineração Ltda.	Diretor Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (filho)	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário Ltda.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Masa Mineração Ltda.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)
	Diretora da Timbutuva Empreendimento Ltda.	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)
	Diretora da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)
	Diretora da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (filho)
		Arnon Affonso de Farias Mello Neto (filho)
		Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
		Monteiro Aranha Intertional Limited (controlador indireto)
		Three O Five Participações S.A. (controlador direto)
		A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
	C.E.J.M.C Participações Ltda. (Controlador indireto)	

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
			Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (filho)	Diretor da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora indireta)
		Ana Maria Monteiro de Carvalho (irmã)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor,

cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Timbutuva Empreendimentos Ltda. (controlada direta)	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto)
			Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. (controlada direta)	Old Rose Inc (controlador direto)
			Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (controlada direta)	Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
			Novo Rio Empreendimento Imobiliário S/A (controlada indireta)	Monteiro Aranha International Ltd. (controlador indireto)
				C.E.J.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
				Three O Five Participações S.A. (controlador direto)
		A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)		

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - CPF nº 321.680.848-31

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	18/11/1982	Administrador	321.680.848-31	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Não há	Sim	4	100,00%	Não

Membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Foi Sócio Fundador da Boa Consulta e foi Sócio Fundador da PROSPERITY Investimentos – Gestora de Private Equity. Trabalhou na corretora do Citigroup no Brasil, na área de venda de ações, e atuou como gestor de recursos do Smith Barney em Nova York.

Formado em Administração pela Bentley University.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Ana Maria Monteiro de Carvalho (mãe)	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Ana Maria Monteiro de Carvalho (mãe)
		Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
		Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Ana Maria Monteiro de Carvalho (mãe)	Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Tulio Capeline Landin – CPF nº 286.656.548-79

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Tulio Capeline Landin	26/02/1980	Contador	286.656.548-79	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Membro do Comitê de Estratégia	sim	1	100%	Sim

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Atualmente, dedica-se a investimentos no mercado de entretenimento, varejo, tecnologia e gaming. Foi Diretor-Presidente da Track & Field, empresa onde anteriormente foi CFO. Atuou em empresas como NBA, LiveWright, Monitor Group, Standard Bank, J.P. Morgan e PwC. É bacharel em Esporte e em Ciências Contábeis, ambos pela USP. Possui MBA na Tuck School of Business de Dartmouth, além de cursos executivos relacionados à inovação e estratégias digitais no MIT e Harvard Business School. Possui 16 anos de carreira, principalmente nas áreas de finanças e de estratégia, com experiências em negócios internacionais, logística, fundraising, administração e marketing esportivo.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Tulio Capeline Landin	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Tulio Capeline Landin	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Tulio Capeline Landin	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Tulio Capeline Landin	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Tulio Capeline Landin	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - CPF nº 054.656.617-04

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	16/05/1980	Administrador	054.656.617-04	Membro do Conselho de Administração (suplente)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Não há	sim	4	4%	Não

Membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. CEO do Sertões, maior rally das Américas que anualmente cruza o Brasil. Foi Presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão que coordenou as atividades municipais relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e Subsecretário da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Conservação do Município do Rio de Janeiro. Trabalhou nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, na área de Logística & Operações da Cidade. Na iniciativa privada, atuou em empresas de comunicação e marketing, como o Grupo ABC.

Formado em Administração pela PUC/RJ, com especialização em Marketing Esportivo e Broadcasting pela New York University (NYU).

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Filho

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (pai)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário Ltda. Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor da Masa Mineração Ltda.	Diretor da Mapisa I S.A. Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (pai) Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto) Three O Five Participações S.A. (controlador direto) A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (pai)	Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora indireta) Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta) Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de administração

Arnon Affonso de Farias Mello Neto - CPF nº 072.231.567-83

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	27/05/1976	Economista	072.231.567-83	Membro do Conselho de Administração (suplente)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Não há	Sim	2	100%	Não

Membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Vice-Presidente da National Basketball Association (NBA) para a América Latina. Arnon é responsável por todas as iniciativas e parcerias da liga americana na região para as áreas de direitos de mídia, conteúdo, licenciamento, eventos e varejo. Fundou a Loops, uma startup de mídia digital. Trabalhou no Astor Group, uma boutique de investimentos, no Barclays Capital e no Lehman Brothers.

Formado em economia pela Universidade de Chicago e tem MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e mestrado em Administração Pública pela Harvard University.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Declara ser pessoa politicamente exposta.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Filho
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmão

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (mãe)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Diretora da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretora da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	
		Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (irmão)	Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Diretor da Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário Ltda.	Diretor da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
	Diretor da Masa Mineração Ltda.			

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (irmão)
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (mãe)
		Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
		Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)
		Three O Five Participações S.A. (controlador direto)
		A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
		C.E.J.M.C Participações Ltda. (controlador indireto)

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (filho)	Diretora e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
			Diretora da C.E.J.M.C. Participações Ltda. (controladora indireta)
			Diretora da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
			Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello (irmão)
			Diretor da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Não há

12.5/6 - Composição e experiência profissional dos indicados ao Conselho de Administração

Ana Maria Monteiro de Carvalho - CPF nº 955.713.968-49

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data prevista de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi indicado pelo controlador?	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões	Membro independente?
Ana Maria Monteiro de Carvalho	22/04/1947	Empresária	955.713.968-49	Membro do Conselho de Administração (suplente)	29/04/2022	Até a AGO de 2023	Não há	Sim	14	0,00%	Não

Membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A.

Declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administrador do emissor		
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Mãe
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (efetivo)	Irmão
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Irmã

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor	Cargo do parente em controladas diretas	Cargo do parente em controladas indiretas
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Octavio Francisco M. Carvalho Domit (filho)	Não há	Não há
		Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora da Timbutuva Empreendimento Imobiliário S.A.	Diretora do Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
			Diretora da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Timbutuva Empreendimento Imobiliário Ltda.	Diretor da Mapisa I S.A.
			Diretor da Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	
			Diretor da Masa Mineração Ltda.	

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Nome	Cargo eletivo do emissor ou de suas controladas, diretas e indiretas	Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor e controladores diretos ou indiretos do Emissor
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)
		Celi Elisabete Monteiro de Carvalho (irmã)
		Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto)
		Monteiro Aranha International Limited (controlador indireto)
		Three O Five Participações S.A. (controlador direto)
		A.M.C. Participações Ltda. (controlador indireto)
		C.E.J.M.C Participações Ltda. (controlador indireto)

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação conjugal, união estável ou parentes até o segundo grau entre administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Controladoras diretas e indiretas do emissor
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho (irmã)	Diretora e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretora da Monteiro Aranha International Limited (controlada indireta)
			Diretora da C.E.J.M.C. Participações Ltda. (controladora indireta)
			Diretora da Three O Five Participações S.A. (controladora indireta)
		Sergio Alberto Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor e Membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)
			Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
			Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora direta)
		Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho (irmão)	Diretor da Three O Five Participações S.A. (controladora indireta)
			Diretor da Monteiro Aranha International Limited (controladora indireta)
Diretor e membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha Participações S.A. (controladora direta)			

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Nome	Cargo eletivo a ocupar no emissor	Relação de subordinação e prestação de serviço nos últimos 3 exercícios sociais	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlada direta ou indireta	Relação de Controle nos últimos 3 exercícios sociais - Controlador direto ou indireto
Ana Maria Monteiro de Carvalho	Membro do Conselho de Administração (suplente)	Não há	Não há	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha Participações S.A. (controlador direto) Monteiro Aranha International Limited (controlador direto)

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse do cargo:

Comitê de Estratégia:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos exercidos no emissor	Foi eleito pelo controlador	Mandatos consecutivos	Percentual de presença nas reuniões
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Empresária	428.912.807-68	Membro do Comitê de Estratégia	30/04/2021	Até a AGO de 2022	1ª Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração	sim	2	100%
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Empresário	007.260.887-20	Membro do Comitê de Estratégia	30/04/2021	Até a AGO de 2022	Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração	sim	2	100%
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	16/11/1972	Economista	725.095.897-68	Membro do Comitê de Estratégia	30/04/2021	Até a AGO de 2022	1º Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor	sim	1	100%
Tulio Capeline Landin	26/02/1980	Contador	286.656.548-79	Membro do Comitê de Estratégia	30/04/2021	Até a AGO de 2022	Membro efetivo do Conselho de Administração	sim	1	100%

ANEXO IV

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES – INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitê de Estratégia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia é composta por remuneração fixa, a título de honorários, e benefícios diretos e indiretos, incluindo, dentre outros, assistência médica e seguro de vida.

O objetivo desses elementos de remuneração é oferecer um pacote de remuneração competitivo que recompense adequadamente os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia, respeitando a legislação vigente.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por: (i) remuneração fixa, a título de honorários; (ii) remuneração variável; e (iii) benefícios diretos e indiretos, incluindo, dentre outros, assistência médica, plano de previdência privada e seguro de vida.

Com relação à remuneração variável a que os membros da Diretoria Estatutária podem fazer jus a partir do exercício de 2022, ressalta-se que poderá ser realizado o pagamento de bônus, atrelados ao cumprimento de metas individuais e/ou de equipe, estabelecidas com base em critérios e/ou indicadores previamente determinados.

O objetivo da remuneração é oferecer um pacote de remuneração competitivo que recompense adequadamente os membros da Diretoria Estatutária e, conforme o caso, estimule o atingimento de determinadas metas, respeitando a legislação vigente.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2021	2020	2019
Conselho de Administração			
Honorários fixos:	60%	71%	73%
Benefícios:	<u>40%</u>	<u>29%</u>	<u>27%</u>
	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária			
Honorários fixos:	89%	79%	75%
Benefícios:	<u>11%</u>	<u>21%</u>	<u>25%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem aqueles referentes aos membros do Comitê de Estratégia, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia ressalta que, a partir do exercício de 2022, passará a ser previsto o pagamento de remuneração variável aos membros da Diretoria Estatutária, observado que tais pagamentos poderão estar atrelados ao atingimento de metas definidas periodicamente.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que proporcione o engajamento e a retenção de seus principais administradores.

Adicionalmente, em especial com relação à remuneração variável a que podem fazer jus os membros da Diretoria Estatutária, ressalta-se que a estratégia de remuneração, de forma geral, visa também a atrelar essa remuneração a determinados objetivos estratégicos da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2021, não existiram membros não remunerados pela Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa e benefícios dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não são baseados em indicadores formais de desempenho.

No caso da remuneração variável da Diretoria Estatutária, o efetivo pagamento dos bônus pode ser definido com base em metas individuais e/ou de equipe, com base em indicadores previamente determinados.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa e benefícios dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária não são baseados em indicadores formais de desempenho.

No caso da remuneração variável da Diretoria Estatutária, como destacado acima, o efetivo pagamento de bônus pode ser atrelado ao atingimento de determinadas metas individuais e/ou de equipe, com base em indicadores previamente definidos.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, e pesquisas salariais contratadas junto a empresas especializadas. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais – Previsto (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,67		9,67
Nº de membros remunerados	6,00	3,67		9,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.920.000,00	3.980.000,00		5.900.000,00
Benefícios direto e indireto	1.100.000,00	800.000,00		1.900.000,00
Participações em comitês	1.320.000,00			1.320.000,00
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável		900.000,00		900.000,00

Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	115.000,00	165.000,00		280.000,00
Cessação do cargo				
Baseada em ações (incluindo opções)				
Observação	Dado que o exercício social de 2022 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.	Dado que o exercício social de 2022 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício Circular CVM/SEP/ Nº01/2022.		
Total da remuneração	4.455.000,00	5.845.000,00		10.300.000,00

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2022 - Valores anuais

Remuneração total do Exercício Social de 2021 (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	6.117.818,39		6.837.818,39
Benefícios direto e indireto	1.261.731,51	654.389,16		1.916.120,68
Participações em comitês	1.320.000,00	0,00		1.320.000,00
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00

Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	115.967,76	115.967,76		231.935,52
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.417.699,27	6.888.175,31		10.305.874,59

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2021 - Valores anuais

(**) De acordo com orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

Remuneração total do Exercício Social de 2020 (*)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	4.532.328,50		5.252.328,50
Benefícios direto e indireto	759.876,21	878.788,45		1.638.664,66
Participações em comitês	1.440.000,00	0,00		1.440.000,00
Outros	432.000,00	906.465,70		1.338.465,70
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00

Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	110.952,72	332.858,16		443.810,88
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	3.462.828,93	6.650.440,81		10.113.269,74

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2020 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

Remuneração total do Exercício Social de 2019 (*)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	720.000,00	5.241.604,66		5.961.604,66
Benefícios direto e indireto	355.460,15	1.102.326,21		1.457.786,36
Participações em comitês	840.000,00	0,00		840.000,00
Outros	312.000,00	1.048.320,93		1.360.320,93

Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	232.520,64	656.938,32		889.458,96
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2020 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração (**)	2.459.980,79	8.049.190,12		10.509.170,91

(*) Remuneração total para o Exercício Social de 2019 - Valores anuais

(**) Na remuneração dos Administradores incide 20% de INSS sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Previsão 2022 (em R\$):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	6,00	3,67	9,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,67	1,67

Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	900.000,00	900.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	589.223,44	589.223,44
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	-	-

Adicionalmente, a Companhia nota que não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019.

A Companhia também esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possuía e não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.						
	Participação Direta		Participação Indireta		Participação Total	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Conselho de Administração ¹	7.558.433	61,70%	1.448.480	11,82%	9.006.913	73,52%

¹ Inclui os valores mobiliários emitidos pela Companhia detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

O montante total das ações ordinárias de emissão da Companhia detido pelos Administradores está em linha com as informações consolidadas prestadas no formulário Valores Mobiliários Negociados (art.11 da Instr. CVM nº 358) e considera o total das ações detidas pelas sociedades que detêm participação direta na Companhia dos quais os administradores não são os únicos acionistas.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

<u>Ano: 2021</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6	4
Número de membros remunerados	2	2
Nome do plano	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	2	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	5.823.532,67	5.207.243,39
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	115.967,76	115.967,76
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição.	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição.

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.653.260,54	2.182.954,56	2.488.822,24	1.458.662,75	1.363.275,78	1.028.493,15
Valor da menor remuneração (Reais)	1.595.789,81	1.470.776,36	1.442.547,90	144.000,00	144.000,00	144.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.722.043,83	1.662.613,87	2.012.297,53	569.616,55	577.121,65	409.994,85

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2020	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
Conselho de Administração	
31/12/2021	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2020	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano
31/12/2019	. Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados . O membro que recebeu a maior remuneração exerceu suas funções durante os 12 meses do ano

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Porém, é prática da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria	Total
2021	89%	100%	97%
2020	88%	100%	96%
2019	90%	100%	98%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais, o escritório de consultoria jurídica do qual um conselheiro eleito na Assembleia Geral Ordinária de 2018, e reeleito na Assembleia Geral Ordinária de 2021, é sócio administrador, recebeu valores do emissor conforme abaixo:

R\$

	2021	2020	2019
Conselho de Administração	17.033,30	70.356,20	57.300,00

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em reunião realizada em 08.12.2020, o Colegiado da CVM manifestou entendimento de que os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral. Assim sendo, o total da remuneração apresentado no item 13.2, a partir do ano de 2021, não mais considera o INSS de 20% sobre honorários, que é uma obrigação da Companhia.